



ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

**LEI Nº 7.729, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.**

**INSTITUI A BOLSA DE QUALIFICAÇÃO  
PROFISSIONAL PARA OS AGENTES  
PENITENCIÁRIOS, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS** Faço saber que o Poder Legislativo Estadual decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída, em caráter temporário, a Bolsa de Qualificação Profissional destinada aos Agentes Penitenciários, visando a sua formação, qualificação e aprimoramento, nos termos desta Lei.

**Art. 2º** O benefício da Bolsa de Qualificação Profissional será concedido ao Agente Penitenciário que esteja no exercício da atividade-fim do cargo e atuando no Sistema Penitenciário, e que esteja frequentando cursos de qualificação perante a Escola de Governo, a Escola Penitenciária ou a Escola da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP.

§ 1º Para manutenção da bolsa, deve o Agente Penitenciário cumprir, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da frequência nos cursos e treinamentos em que estejam matriculados.

§ 2º Cabe à Diretoria da Escola Penitenciária coordenar, gerenciar e fiscalizar a concessão e manutenção da Bolsa de Qualificação Profissional, sobretudo o credenciamento e autorização dos cursos admitidos para os fins desta Lei, e a fiscalização da matrícula e frequência dos Agentes Penitenciários nos cursos.

**Art. 3º** A Bolsa de Qualificação Profissional será paga aos Agentes Penitenciários que cumprirem os requisitos desta Lei pelo período de, no máximo, 12 (doze) meses, com parcelas mensais fixas de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

**Parágrafo único.** A Bolsa de Qualificação Profissional tem natureza indenizatória e visa recompor os gastos especiais suportados pelos servidores em razão da frequência nos cursos de qualificação.

**Art. 4º** Perderá o direito à Bolsa de Qualificação Profissional, o Agente Penitenciário que:

- I - não esteja matriculado em algum curso autorizado, nos termos do art. 2º desta Lei;
- II - deixar de cumprir a frequência mínima prevista no § 1º do art. 2º desta Lei;
- III - solicitar sua exclusão; ou



ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

IV - tiver seu vínculo no serviço público extinto, por qualquer forma.

**Parágrafo único.** As situações previstas nos incisos I e II deste artigo implicam na suspensão da Bolsa de Qualificação Profissional, e as situações previstas nos incisos III e IV implicam em sua extinção definitiva.

**Art. 5º** Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações necessárias no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual vigentes a fim de permitir a implementação e execução do programa referido nesta Lei.

§ 1º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações consignadas para manutenção dos órgãos gestores do Sistema Penitenciário.

§ 2º Fica autorizada a abertura de créditos adicionais que se fizerem necessários para os fins desta Lei, que se dará nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES**, em Maceió, 15 de setembro de 2015,  
199º da Emancipação Política e 127º da República.

***JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO***  
Governador

**Este texto não substitui o publicado no DOE do dia 17.09.2015.**